

OTTO FENICHEL E A PSICANÁLISE COMO PSICOLOGIA DIALÉTICO-MATERIALISTA*

José Henrique Parra Palumbo¹

Psicanalista e Professor Doutor.
Universidade Federal do
Mato Grosso do Sul – Campus
Pantanal – Corumbá/MS, Brasil.
São Paulo/SP, Brasil.

Nelson Ernesto Coelho Junior²

Psicanalista e Professor Doutor.
Universidade de São Paulo
– Instituto de Psicologia –
Departamento de Psicologia
Experimental – São Paulo/SP,
Brasil.

¹Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul Corumbá/MS,
Brasil.

²Universidade de São Paulo, São
Paulo/SP, Brasil.

RESUMO: Este trabalho analisa como Fenichel, em *A teoria psicanalítica da neurose* (1945), preserva as exigências epistemológicas colocadas para a psicanálise em seu artigo *Sobre a psicanálise como germen de uma futura psicologia dialético-materialista* (Fenichel, 1934). Para tal, realizamos uma análise interna destes trabalhos, remetendo-os à relação entre eles e ao contexto de sua produção. Embora a obra de Fenichel (1945) tenha projetado seu autor como um freudiano “ortodoxo”, constataremos que, do ponto de vista de seus fundamentos, sua formulação depende dos compromissos assumidos pelo autor em seu artigo de 1934.

Palavras-chave: Otto Fenichel; psicanálise; materialismo-dialético.

ABSTRACT: *Otto Fenichel and the psychoanalysis as a dialectical-materialistic psychology.* This work analyzes how Fenichel (1945), in *The psychoanalytical theory of neurosis*, preserves the epistemological demands placed for psychoanalysis in his paper *Psychoanalysis as the nucleus of a future dialectical-materialistic psychology*

* Este trabalho foi baseado em partes de dois capítulos distintos da Tese de Doutorado do primeiro autor, e orientada pelo segundo, intitulada *Sobre as concepções de Otto Fenichel: psicanálise, materialismo-dialético e naturalismo científico* (Palumbo, 2019), e defendida no Programa de Psicologia Experimental da Universidade de São Paulo.

DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4414-2025-290817>

(Fenichel, 1934). For this reason, we carry out an internal analysis of these two works, referring them to the relationship between them and the context of their production. Although the work of Fenichel (1945) projected its author as an “orthodox” Freudian, we will find that, from the point of view of its foundations, its formulation depends on the commitments made by the author in his 1934’s paper.

Keywords: Otto Fenichel; psychoanalysis; dialectical materialism.

Este trabalho examina as marcas deixadas na principal obra de Otto Fenichel (1945), *A teoria psicanalítica da neurose (The psychoanalytical theory of neurosis)*, pela articulação realizada por ele entre psicanálise, ciência e marxismo em seu projeto de psicologia, elaborado em seu artigo *Sobre a psicanálise como gérmen de uma futura psicologia dialético-materialista (Über die Psychoanalyse als Keim einer zukünftigen dialektisch-materialistischen Psychologie)* (Fenichel, 1934). Buscamos responder à seguinte pergunta: como Fenichel preserva as exigências epistemológicas colocadas para a psicanálise em seu texto de 1934? Por esta razão, fazemos uma análise interna destes dois trabalhos, bem como avaliamos as relações entre eles compreendendo o contexto de sua produção.

Em primeiro lugar, justificamos este trabalho como uma revisão da obra de Fenichel (1945) pelo fato de ser pouco estudada hoje em dia, sendo lida, até a década de 1980, como um manual de psicanálise “ortodoxa” nos cursos de psicologia. Além disso, justificamo-lo também como um estudo teórico dos desdobramentos conceituais do papel de Fenichel na história do movimento psicanalítico, sobretudo seu envolvimento com uma agenda política de esquerda entre o fim da Primeira Guerra e os anos 1940 (Jacoby, 1983; Roudinesco e Plon, 1998).

Lembramos, portanto, que Fenichel (1934-1945/1998), exilado da Alemanha após a ascensão dos nazistas ao poder, foi o principal responsável por uma volumosa troca de cartas – 119 *Circulares (119 Rundbriefe)* – com seus pares visando a construção de uma psicologia, a partir das teorias freudianas, comprometida com o pensamento social crítico e com uma prática psicanalítica aliada a reformas sociais e políticas. De um ponto de vista mais prático, esta troca de cartas servia para fomentar, organizar e informar uma espécie de plataforma de esquerda dentro do movimento psicanalítico. De um ponto de vista teórico, era destinada a manter o debate e o desenvolvimento de uma “psicologia dialético-materialista”, elaborada a partir das teses psicanalíticas e que se servisse dos mesmos princípios aplicados por Marx e Engels à análise social do sistema de produção capitalista (Fenichel, 1934).

No entanto, reduzindo ao longo dos anos seu engajamento mais à esquerda dentro do movimento psicanalítico, Fenichel acaba usando de sua influência neste movimento para defender e proteger um conhecimento e uma prática psicanalíticos comprometidos minimamente com os princípios de certa visão científico-naturalista, que era, para ele, o núcleo de uma ciência em acordo com uma posição dialético-

-materialista. Isso porque a conjuntura macropolítica e o contexto do exílio e do próprio movimento psicanalítico, entre 1936 e 1945, acabam impondo ao autor uma retirada de uma frente mais político-institucional do movimento psicanalítico.

1 Um projeto de psicologia dialético-materialista para a psicanálise

De pronto, são necessários alguns detalhes a mais do contexto de produção do projeto de psicologia de Fenichel (1934). Além de ter orientado os debates teórico-científicos entre ele e seus interlocutores nas *Circulares* (1934-1945/1998), este trabalho foi o primeiro resultado original dos estudos realizados por Fenichel da literatura marxista e dos debates, com os colegas das *Circulares*, sobre o caráter dialético-materialista dos princípios teóricos da psicanálise. Além disso, como defesa da possibilidade dessa aproximação, tinha como principais destinatários os marxistas, funcionando assim como uma propaganda da psicanálise a eles.

Pelo que sabemos das cartas (Fenichel, 1934-1945/1998), é quase certo que a origem desse texto, publicado meses depois, tenha sido uma conferência proferida em março de 1934 sobre psicanálise e marxismo aos seus companheiros da seção norueguesa da Associação de Médicos Socialistas, embora não tenhamos achado o manuscrito da apresentação. Segundo a biógrafa de Fenichel (Mühlleitner, 2008), nesta conferência, foram tratadas as correlações da psicanálise (de seus princípios, teses e método) com os princípios dialético-materialistas. Assim, o artigo, publicado no primeiro volume da *Revista de Psicologia Política e Economia Sexual* (1934), editada por Reich, foi provavelmente baseado nesta apresentação. Curiosamente, na mesma época, Fenichel também ofereceria um curso de *Iniciação de marxistas na psicanálise*, do qual participaram membros do periódico norueguês de esquerda *Mot Dag*, grupo com o qual Fenichel manteve estreito contato durante sua estadia em Oslo entre 1934 e 1935.

Do ponto de vista de suas referências textuais, o projeto fenicheliano de disciplina para a psicanálise e as teorias marxistas (especialmente a concepção dialético-materialista da história) retira seu horizonte conceitual próximo do ensaio de Reich, *Materialismo dialético e psicanálise* (1929/1977), que também fora endereçado aos marxistas. Pode-se dizer que mesmo a imersão de Fenichel e o início de seus estudos sobre o marxismo se deram em razão da influência de Reich sobre ele nos últimos anos da década de 1920, ainda em Berlim. Mais ainda, é como se toda a argumentação de Fenichel (1934) a respeito da relação entre materialismo-dialético e psicanálise repetisse a de Reich (1929/1977). Porém, sobre esta influência falaremos em outra ocasião, pois ela merece um exame à parte.

Se voltarmos nossos olhos para a letra do texto, percebemos de início que as teses de Fenichel (1934), ao defenderem certo caráter dialético-materialista da psicanálise, vão se organizar a partir de uma crítica às concepções “idealistas” da psicanálise. Apoiado em uma distinção estabelecida anteriormente (Fenichel, 1923/1953), o autor sustentará que a psicanálise não pode ser classificada como filosofia ou metafísica, pois, pelas características empíricas de seu método de pesquisa e pelo tipo

de conhecimento que propicia sobre a “alma” humana, não entende seu objeto – a dinâmica mental inconsciente – tão somente a partir de uma abstração categorial, como se o inconsciente fosse uma entidade em si e dada de antemão.

Então, para o autor, em vez de filosofia, a psicanálise deve ser compreendida como “ciência natural”. Deste modo, esta distinção – entre a) a aplicação empírica do método psicanalítico e seus princípios científico-naturais e b) uma doutrina filosófica sobre a alma ou o psiquismo – servirá para resguardar a psicanálise diante da crítica ao idealismo operada no seio do pensamento dialético-materialista da tradição marxista, assegurando-a ao lado deste e não daquele.

No artigo de 1934, essa crítica ao idealismo no campo do pensamento psicológico se direciona ao modo como uma psicologia “idealista” investiga o mental ou a alma a partir da oposição irrevogável com o corpo e, em última instância, com o mundo físico, debruçando-se sobre problemas como o livre arbítrio ou a liberdade, ou mesmo a imortalidade da alma – problemas “que provêm de domínios que outrora pertenciam ao teólogo” (Fenichel, 1934, p. 44). Logo, o “psíquico” é “tomado como algo de algum modo fundamental, ‘mais elevado’, ‘mais além’” (Fenichel, 1934, p. 43), em relação ao “corporal”.

Mas, a esta postura idealista, Fenichel associa ainda algo que não necessariamente tem a ver com a maneira pela qual o objeto e o método de certa investigação são concebidos. Nosso autor também ancora a postura idealista em um problema de ordem sociológica e histórica, pois, segundo ele, nela, “há uma completa ignorância da realidade social e de sua importância. O pensamento e o sentimento humanos concretos são muitas vezes considerados como se flutuassem ‘em si’ no ar” (Fenichel, 1934, p. 44).

Por outro lado, uma postura materialista como que libertaria a psicologia da oposição “natural-sobrenatural”, imprimindo uma atitude radicalmente diferente diante do psíquico, que passa a ser considerado então como parte integrante da natureza. Em primeiro lugar, por conta do reconhecimento da realidade do que é proporcionado pelas percepções internas ou pela consciência, conferindo o mesmo grau de dignidade ontológica ao “psíquico” e o mesmo grau de dignidade metodológica à percepção interna no acesso à realidade dos dados mentais. Isto significa dizer que os “acontecimentos de origem psíquica são um produto da natureza, cuja própria regularidade merece ser estudada de acordo com critérios científico-naturais” (Fenichel, 1934, p. 44).

Por conseguinte, a crítica de Fenichel (1934) às concepções idealistas na psicologia não atingirá apenas a postura idealista. Nosso autor rechaça também o materialismo estrito que nega completamente a realidade do dado psíquico, já que ele não reconheceria os modos específicos de apresentação e apreensão da realidade psíquica. Nomeando assim este materialismo restritivo de “pseudo-materialismo”, Fenichel (1934, p. 44) argumenta que esta postura, por sua vez, nega o valor epistemológico da psicologia e a dignidade ontológica do “psíquico”, sendo ela um subproduto do próprio pensamento idealista por se basear sobre a mesma oposição “natural-so-

brenatural”. Só que, neste caso, o “corporal” seria tomado como algo superior em relação ao mental.

Então, levando em conta este campo de disputa no qual se encontra o pensamento psicológico (idealismo versus materialismo estrito), e o argumento de ordem sociológica e histórica contra a postura idealista, podemos concluir parcialmente que a postura “materialista” se refere a uma atitude de investigação baseada em uma ontologia naturalista ampla dos fenômenos e que leva em conta as “condições imanentes” ou as condições concretas deles, “sem ‘um além’” (Fenichel, 1934, p. 45).

Se consideramos ainda as condições imanentes à fundamentação mesma do conhecimento de modo geral, o materialismo também pode ser pensado como uma atitude frente ao objeto do conhecimento que surge de condições sociais e históricas específicas. Neste sentido, a própria atividade científica de investigação da natureza deve ser concebida como resultado das necessidades concretas dispostas em determinado estágio da história, que aqui é compreendida como efeito “do desenvolvimento das forças de produção humanas” (Fenichel, 1934, p. 45). Ou seja, as condições imanentes ou materiais em jogo aqui delimitam tanto a ontologia do psiquismo quanto os critérios de legitimidade e validade da atividade científica. Desta forma, Fenichel aponta que a própria prática da ciência-natural depende de um entendimento no qual não está presente apenas a leitura empirista mais ampliada do materialista, na qual o “‘real’ é o que é dado no nosso mundo experiencial” e na qual a experiência psicológica faz parte da natureza como “um domínio particular” (Fenichel, 1934, p. 45).

Entretanto, se a realidade do fenômeno psíquico se assenta sobre aquilo que faz parte do “mundo da experiência” (Fenichel, 1934, p. 45); e se a capacidade de se proferir um enunciado científico sobre esta realidade se assenta sobre a possibilidade de se experimentar (em sentido amplo) esta mesma realidade, é o procedimento dialético o responsável por incluir, tanto na conceituação quanto na investigação, este domínio particular do fenômeno psíquico dentro do conjunto do que se entende por realidade natural e material, pois é este procedimento que deve prevenir que enunciados versem de forma reducionista ou apenas filosoficamente sobre os dados relativos ao funcionamento psíquico. Ou seja, é a mirada dialética que evitaria tomar o psíquico ou como mera manifestação superficial de fenômenos materiais-físicos que se dão no corpo (como fazem os materialistas estritos), ou como coisas substancialmente não naturais, que resultam de um arranjo transcendental de categorias racionais (como fazem os idealistas).

Além disso, o autor defende ainda que, para essa compreensão dialético-materialista, “‘explicar’ um fenômeno significa fazer previsões sobre seu andamento, ou poder utilizá-lo tecnicamente” (Fenichel, 1934, p. 45). Logo, torna-se imprescindível identificar a finalidade e a função de certo conhecimento dentro das condições sociais e históricas que o engendram.

Conclui-se daí o seguinte: o investigador, orientado segundo esta concepção de materialismo, não se restringe aos princípios ontológicos, epistemológicos e meto-

dológicos envolvidos na investigação de seu objeto de pesquisa particular. Sua teoria deve reconhecer que aquilo que nela é enunciado tem efeitos práticos, querendo ou não, para além de efeitos conceituais. E é por esta razão que Fenichel lança mão do que chamamos de um argumento de cunho “sociológico” sobre o produto da investigação científica ocorrida dentro dos parâmetros materialistas. Afinal, ao que tudo indica, o argumento do autor não se constrói apenas sobre a associação entre materialismo e certos critérios filosóficos da ciência natural, feita a partir de uma perspectiva mais teórica, mas também em torno de uma associação entre esta postura materialista e a atividade científica.

Isto é, sem tratar os processos inconscientes como categorias racionais sem nenhuma base empírica, mas reconhecendo suas particularidades em meio à realidade natural, a psicologia dialético-materialista deveria garantir a enunciação rigorosa de conceitos e leis gerais para explicá-los e também submetê-los, digamos, a certo “controle” técnico – ou melhor, a certa intervenção técnica. Afinal, seguindo a posição dialético-materialista sobre a atividade científica, o conhecimento não poderia ser abstraído do mundo concreto e empírico do qual se origina, devendo ser aplicado em determinada direção e de acordo com o contexto social e histórico deste mundo.

No caso da psicanálise, tal controle técnico nada mais é do que a implicação prática do conhecimento científico produzido e enunciado a partir da experiência psicológica que se dá em meio à realidade na qual duas ou mais pessoas estão inseridas. E esta implicação seria propriamente o centro de gravidade do conhecimento psicanalítico, ao qual retornaremos logo abaixo.

2 Exigências epistemológicas de uma psicologia dialético-materialista

Agora, vejamos como Fenichel encaminha a lista de exigências epistemológicas feitas à psicologia dialético-materialista a partir das definições a respeito do que seria esta psicologia. Elas são três. Em primeiro lugar, seguindo uma espécie de sistematização hierárquica dos campos de conhecimento, nosso autor diz que tal psicologia “deve se enquadrar na biologia” (Fenichel, 1934, p. 46). Ou seja, ela deve estar incluída em uma ordem epistêmica dirigida aos fenômenos vitais, que são também, neste sentido, uma classe particular dos fenômenos naturais. Dessa maneira, Fenichel (1934) parece também indicar que o psíquico é qualitativamente diferente porque ele só ocorre em organismos vivos, sendo seu modelo de funcionamento o mesmo do arco-reflexo entre os estímulos ambientais e as respostas da substância viva.

Já na segunda exigência, Fenichel (1934, p. 47) diz que a psicologia dialético-materialista, “como toda ciência natural, [...] investiga leis. Portanto, ela não se satisfaz com a mera descrição de processos singulares. Seu objeto não é certa pessoa X, mas a regularidade na vida anímica humana”. Notemos que tal negativa da “mera descrição” é feita em prol da regularidade dos fenômenos psíquicos, como modo válido de explicação científico-natural. O que se busca responder, portanto,

são questões como “sob quais circunstâncias se manifestam as vivências a, b, c? Quais forças influenciam as vivências e o conteúdo delas?” (Fenichel, 1934, p. 47). Muito embora esta exigência pareça alguma coisa alheia à psicanálise, o conceito “vivências” (*Erlebenisse*) revela o contrário.

Antes de expor as exigências em discussão, nosso autor deixa escapar a razão desta substituição terminológica, que decorre da “particularidade” do fenômeno psíquico no âmbito da natureza. Neste momento, são mencionadas as outras teorias psicológicas que buscaram reconhecer essa particularidade e se aproximaram dos critérios científico-naturais, mas que teriam fracassado na tentativa de tratar de “toda a complexa natureza da variedade das vivências reais, que até então não era acessível à investigação científica” (Fenichel, 1934, p. 46). Tratando, portanto, dos estudos experimentais de funções “psicológicas” isoladas e da psicofísica, Fenichel classifica esta como pseudo-materialista e justifica que aqueles “apenas abarcam uma ou outra função psíquica isolada do contexto ou detalhes quaisquer da vivência. O que é chamado no cotidiano de ‘vivência’, toda a complexidade da vida anímica humana e suas motivações, lhes permanece inacessível” (Fenichel, 1934, p. 46).

Diante disto, uma incontornável questão se impõe aqui. Se, mesmo em razão das particularidades dos fenômenos psíquicos, não há como prescindir de explicações gerais sobre a regularidade destes, como resolver, então, a contradição que surgiria entre: 1) o rechaço à pura descrição da “singularidade” destas “vivências” e 2) a própria dignidade ontológica do psiquismo tão defendida por Fenichel não só como “natural”, “imanente”, mas também que se manifesta como uma experiência “complexa”, “completa”, “contínua” e, assim, singular? Pergunta para a qual Fenichel parece não fornecer respostas diretas, e que resvala em dois problemas. De um lado, na oposição existente entre a desejada universalidade dos enunciados científicos e a inevitável particularidade da experiência. E, de outro, na coincidência entre as duas dimensões do método psicanalítico: a de pesquisa e a terapêutica.

Talvez esses problemas de ordens teórica e metodológica possam ter, no limite, alguma solução por meio dos argumentos mais sociológicos de Fenichel. Essa hipótese de leitura tem sentido quando lembramos que ele estabelece uma relação entre a atitude dialético-materialista e a atividade científica. Logo, poderíamos compreender porque, na terceira exigência colocada por Fenichel (1934), ele relaciona a atitude materialista ao reconhecimento da contradição real entre: 1) o ideal de “isenção moral” (ou neutralidade) da “verdade científica” e 2) a imprescindível análise das condições materiais, que determinam concretamente este ideal e desvelam o caráter transcendental das categorias morais, inclusive aquelas contidas nos princípios que orientam o fazer científico, já que “bem e mal, moral e imoral, e o dever são modos de pensar dos seres humanos. E, como tais, eles devem ser pesquisados em sua origem a partir das condições materiais” (Fenichel, 1934, p. 47).

Somente reconhecendo tal contradição seria possível minimamente evitar as concepções idealistas a pairar sobre o pensamento psicológico e as práticas associadas a ele. E isto para que estas práticas sejam informadas por um conhecimento produzido

cientificamente, orientando-se por seus princípios como o de universalidade, mas que também sejam tomadas criticamente, sem se perderem nos anacronismos de uma técnica desvinculada da realidade.

Dito de outra maneira, se a concepção de ciência da natureza operando no artigo de 1934 está relacionada com a ideia de que a psicanálise é uma teoria científica – quando se preocupa em estudar a regularidade das experiências psíquicas particulares de um organismo vivo humano –, isto só é verdade na exata medida em que, para Fenichel (1934), só se pode compreender a atividade científica dentro de um quadro social e histórico, no qual sua função é criar subsídios e técnicas para responder com certa racionalidade e rigor metodológico às necessidades humanas.

Tendo em mente esta relação da teoria com a prática psicanalítica e o escopo conceitual de Fenichel (1934) sobre as exigências feitas a uma psicologia científica comprometida com os princípios dialético-materialistas, agora fica mais fácil analisar a tese do autor a respeito de o modo psicanalítico de abordar os fenômenos psíquicos ser o mais propício para cumprir com os requisitos de uma psicologia dialético-materialista, justamente por conta da psicanálise abordar os fenômenos psíquicos em razão da relação de reciprocidade ou interação entre duas ordens de condições materiais: “o dado biológico do organismo” e “o ambiente que modifica esta estrutura biológica do organismo” (Fenichel, 1934, p. 47).

Podemos afirmar então que, para Fenichel (1934), é graças à consideração das condições materiais (constituição do corpo e influência ambiental) que se pode superar a oposição irrevogável entre corpo e mente presente nas concepções idealistas. Assegurando, desse modo, a realidade “material” do fenômeno psíquico e suas particularidades, como algo que faz parte do mundo concreto, em constante mudança e sobre o qual nós humanos intervimos com determinados interesses e propósitos.

Entretanto, lembremos que o elemento metodológico decisivo para o reconhecimento da realidade natural do fenômeno psíquico, do qual depende a atitude materialista defendida por Fenichel (1934), está intimamente atrelado ao procedimento dialético tanto na enunciação teórico-conceitual daquilo que se apresenta como real na experiência imediata dos indivíduos quanto na atividade de investigação disso. Assim, as pulsões podem ser entendidas como impulsos inconscientes que se originam no curso do desenvolvimento biológico e são modificadas pelas influências ambientais.

Sendo, então, os fenômenos psíquicos (e, no limite, a dinâmica mental como um todo) concebidos como produtos da modificação sofrida pelos impulsos internos, configurados durante a história evolutiva humana a partir da influência do meio sobre elas, é quase impossível não perceber o protagonismo das circunstâncias sociais e culturais no conjunto das influências ambientais. E isto implica na investigação do funcionamento psíquico individual como algo que não pode ser reduzido ao seu componente puramente biológico, ainda que deva ser compreendido também em razão dele e, muitas vezes, em oposição a ele.

Portanto, se é o procedimento dialético que permite enfim reconhecer as modificações sofridas pelo organismo humano, deve ser este procedimento também o elemento decisivo para se reconhecer a particularidade do psíquico no âmbito dos fenômenos naturais, na qual o caráter científico da psicanálise se apoia. Já que só pode haver psicologia científica “em uma sociedade concreta específica e em um determinado ponto desta sociedade específica” (Fenichel, 1934, p. 48), então, é preciso superar os polos natureza e sobre-natureza dentro do materialismo, sem que a oposição corpo-mente seja completamente desfeita, o que seria, ao contrário, diminuir a realidade do psiquismo, reduzindo-o à pura constituição biológica do corpo. Rebaixamento este que uma psicologia efetivamente dialético-materialista não pode se dar ao luxo de realizar.

3 Retorno ao projeto de 1934 em *A teoria psicanalítica da neurose*

Consolidação da defesa de uma psicanálise naturalista, *A teoria psicanalítica da neurose* (Fenichel, 1945) foi preparada no início da década de 1940, já em solo estadunidense, quando seu autor se concentrava no ensino da psicanálise. Porém, em seu prefácio, Fenichel conta que os pilares de seu trabalho foram elaborados a partir de seus cursos sobre o funcionamento específico de quadros neuróticos distintos no início dos anos 1930. Assim, estas bases do trabalho de 1945 são desenvolvidas no mesmo período em que Fenichel elaborava seu projeto de 1934.

Já veremos que, do ponto de vista de seu contexto de origem, o trabalho publicado apenas em 1945 não conseguiu evitar a presença dos compromissos teóricos daquele projeto. Contudo, mesmo que o livro carregue consigo o espírito dos compromissos assumidos com as concepções e as exigências estipuladas em 1934, não há nele os termos “materialismo-dialético” ou “dialética”, muito menos “marxismo” ou os nomes de Marx ou Engels. Mesmo o termo “materialista”, de especial importância para Fenichel, ocorre somente uma vez.

De maneira geral, podemos dizer então que, de um lado, o grande livro de 1945 acaba fornecendo subsídios aos desafios do ensino psicanalítico para as novas gerações como um típico “manual” de psicanálise, entendida como ciência natural, e como defesa da psicanálise freudiana. Quanto a sua estrutura, o trabalho de 1945 reflete a necessidade de uma apresentação geral dos princípios teóricos da psicanálise, ao mesmo tempo que apresenta sistematicamente a psicopatologia psicanalítica dos quadros clínicos neuróticos. Por outro lado, embora seja possível apontar a presença do projeto de psicologia dialético-materialista nessa obra, ela não avança de maneira consequente com o programa de 1934. É como se este projeto acabasse esbarrando na preocupação prioritária de Fenichel para com a manutenção da psicanálise freudiana mais “clássica”, não deixando de ser nada mais que um projeto.

No primeiro capítulo da obra de 1945, nosso autor oferece ao leitor uma definição de “psicologia científica” e daquilo que faz a psicanálise uma teoria deste tipo. Esta definição é composta pelos mesmos elementos da postura materialista defendida, anteriormente, frente ao idealismo nas teorias psicológicas. Apresentando o psí-

quico como não redutível à realidade física ou à biológica, mas tampouco situado em uma ordem “sobrenatural”, o argumento consiste mais uma vez em localizar a natureza e a causalidade dos fenômenos psíquicos em uma região formada tanto pelas heranças filogenéticas quanto pela interação do organismo humano com o ambiente. Desse modo, Fenichel (1945) repete aí o estatuto ontológico naturalista do “psicológico”. E, em seguida, a fim de justificar essa definição, repete o conteúdo das mesmas exigências do trabalho de 1934. Mas, aqui, elas estão atreladas apenas à ideia de psicologia científica.

Mais uma vez, nosso autor entende que se deve exigir da psicologia científica que ela faça parte das ciências biológicas e que ela forneça explicações gerais, inclusive da própria existência psicológica das categorias morais (de uma esfera ideal, supostamente sobrenatural ou transcendental) e das influências ambientais na série de causas dos fenômenos psicológicos, o que força novamente a psicologia a não ser uma “psicologia do homem” genérico, mas do humano concreto.

Da mesma forma que em 1934, a psicanálise deveria versar, enquanto ciência natural, sobre os processos psicológicos comuns e passíveis de inteligibilidade, mas que se manifestam particularmente. Se o psíquico “natural” e “imane” resulta da interação entre “constituição” e “meio”, então, a tal experiência psicológica individual, em sua totalidade fenomenal, serve apenas, para a teoria psicanalítica e para seu método de descrição histórica, como caso particular ou evidência de teses gerais sobre processos psíquicos que não existem fora do tempo ou para além dele, e que não podem ser objetivamente isolados uns dos outros (Fenichel, 1945).

Isto é, Fenichel indica literalmente que as influências exercidas pelas forças do meio sobre o sujeito da experiência psíquica dependem de “uma determinada sociedade concreta e em um lugar social determinado dentro desta sociedade” (1945, p. 6). Porém, as explicações gerais são válidas para o funcionamento mental dos humanos, e não de um indivíduo específico, à medida que explicam esse funcionamento em razão da interação, que se dá empírica e naturalmente, a partir de dois tipos de ordens causais – as do corpo sensível e as do ambiente social e histórico em que este corpo está inserido.

Essencialmente, essas exigências são as mesmas que delimitam, no texto de 1934, o campo de legitimidade dos enunciados dialético-materialistas sobre o “psicológico” (normal e patológico). Ou seja, elas continuam a atuar, em Fenichel (1945), como os princípios organizadores de um conhecimento dos fenômenos psíquicos que se pretende uma psicologia científica. No entanto, em 1934, a natureza particular do “psicológico” se assenta sobre assunções filosóficas identificadas àquela atitude materialista, que é assim explicitamente nomeada.

Já no segundo capítulo das *Considerações preliminares* do livro de 1945, sendo consequente com as exigências estabelecidas anteriormente, Fenichel apresenta o aparato mental de acordo com uma perspectiva genética e a partir do modelo do arco reflexo nervoso. Nesse sentido, o funcionamento psíquico é apresentado por meio da dinâmica conflituosa entre forças pulsionais e externas; e pelo deslocamento

dessas forças pelo aparelho mental, que buscam sua descarga energética. Desse modo, a formação do Eu, de seus mecanismos de defesa, do conteúdo ideacional do Super-eu e, em última instância, das relações tópicas entre os conteúdos psíquicos de um indivíduo responderão à ontogenia da interação, via de regra conflituosa, entre corpo e meio. Ao mesmo tempo, todo este desenvolvimento e funcionamento mental buscam ser vias (mesmo que agindo como desvios) para a vivência de satisfação associada à descarga energética das forças pulsionais.

E, no terceiro capítulo, no qual se discute o método de pesquisa psicanalítico, o autor visa esclarecer como o processo terapêutico psicanalítico revela os conteúdos inconscientes por meio da localização do conflito entre as forças envolvidas nos fenômenos psíquicos e dos pontos de intensidade dessas forças. Isto, por sua vez, permite descobrir as relações entre aqueles conteúdos, os conflitos e a natureza deles. Assim, ao descrever uma experiência particular, o processo terapêutico singular (em sua essência, interpretativo e histórico) é confrontado com os princípios organizadores que fazem parte dos modelos explicativos da metapsicologia freudiana, levando o analista a um movimento de teorização e explicação geral do funcionamento mental.

Mais uma vez, a coincidência entre as dimensões investigativa e terapêutica do método psicanalítico surge em um contexto no qual a apresentação de Fenichel (1945) acaba se vinculando à discussão sobre a finalidade prática deste conhecimento, ou seja, sobre como os princípios e a própria teoria psicanalíticos servem ao propósito de fornecer a explicação causal e, assim, a explicação que fundamenta o tratamento dos quadros neuróticos.

O que acontece aí, assim como em 1934, é a proposta de que a psicanálise se comporta ao exemplo de uma ciência natural, ao mesmo tempo em que se exige do conhecimento científico algo que não se limita nem ao valor de inteligibilidade de suas teses, nem à “verdade” contida nelas. Por esta razão, para Fenichel (1945), a validade das teorias psicanalíticas deve também ser remetida ao valor social e histórico de suas aplicações práticas. Desse modo, além de a própria natureza específica da experiência psíquica rejeitar a suposição de um domínio transcendental, o próprio horizonte explicativo da psicanálise, ou seja, seus enunciados, precisa reconhecer os limites e implicações que lhe são estipulados pelas contingências sociais e históricas, já que o objeto mesmo de sua investigação também depende dessas contingências. É por esta razão que Fenichel (1945) retoma de novo, já na segunda página do livro, a crítica contra a preservação dos idealismos dentro das teorias psicanalíticas e, de maneira geral, no pensamento psicológico.

Portanto, Fenichel (1945) preserva os mesmos critérios e exigências de 1934, quando conjuga o caráter científico da psicanálise às considerações históricas e sociais da produção de seus próprios enunciados, que informam e fundamentam, por sua vez, a prática psicanalítica. Mesmo que uma psicologia científica tenha de produzir um conhecimento universal sobre uma parcela da ordem natural (que é, dessa forma, passível de algum nível de previsibilidade e de intervenção), o horizonte de legitimidade e validade de seus enunciados inclui o contexto singular de produção e a finalidade prática concreta desses mesmos enunciados.

Esta questão fica mais evidente quando Fenichel (1945) trata, no último capítulo de seu livro, da terapia de quadros clínicos neuróticos. Tendo a alteração (dinâmica e econômica) do conflito estrutural e inconsciente entre pulsão e repressão como ponto de referência final do tratamento, o autor demonstra a necessidade de uma investigação bem fundamentada teoricamente das relações entre os conteúdos inconscientes, os conflitos pulsionais e a natureza deles.

Contudo, o que nos chama a atenção é Fenichel (1945) não abrir mão de outros recursos técnicos que funcionem para além da interpretação dos derivados do conflito entre as forças psíquicas. Segundo ele, “o princípio dessas [outras] psicoterapias pode ser visto frequentemente em operação no decorrer de um tratamento psicanalítico, quando melhoras ocorrem antes de uma mudança psicanaliticamente induzida e verdadeira ser alcançada” (Fenichel, 1945, p. 557).

Nesse momento, sendo cauteloso, Fenichel (1945) parece considerar que a própria prática clínica impõe ao método psicanalítico seus limites, pois o campo da prática acaba estabelecendo a medida objetiva e “material” de um ideal de tratamento, ao passo que vai convocando técnicas que não são aquelas preconizadas conceitualmente como prioritárias pelos enunciados das teses psicanalíticas (como a sugestão). Desse modo, o autor aponta para a importância de reconhecer os limites que se impõem ao método e para a provável adaptação deste às incontáveis variáveis dos fenômenos.

Fenichel (1945) ainda soa um tanto cauteloso quando fala das aplicações de teses psicanalíticas na prevenção das neuroses. Em primeiro lugar, é possível ver como o autor não espera muito mais da psicanálise do que ela já faz em um debate sobre “higiene mental”, no qual sua maior contribuição é a elucidação das causas psicogênicas dos quadros neuróticos. No entanto, quando fala da capacidade profilática do conhecimento psicanalítico na prática pedagógica, a discussão sobre esses limites práticos da aplicação do conhecimento psicanalítico nos leva de volta a problemas já aventados em 1934.

Isso porque, de acordo com nosso autor, a elementaridade das causas do fenômeno psíquico (da constituição orgânica às forças ambientais) está fora da alçada explicativa da psicanálise, pois suas teses científicas se referem aos fenômenos psíquicos, ao resultado de toda uma série de combinações entre elementos causais plurais. Além disso, os próprios fenômenos biológicos ou sociais, de onde emergem as variáveis mais elementares do “psicológico”, tampouco fazem parte do campo de intervenção do método psicanalítico, não podendo ser alterados com a aplicação terapêutica da psicanálise.

É valioso notar que Fenichel (1934) já indicava como o problema da profilaxia das neuroses não poderia ser enfrentado em toda sua extensão pela psicanálise, já que o conhecimento psicanalítico, quando em acordo com as exigências epistemológicas dialético-materialistas, não seria capaz de explicar a formação mesma das forças ambientais que exercem influência sobre o psiquismo, pois essa formação dar-se-ia no campo dos fenômenos sociais, campo que a psicanálise só tem acesso

indiretamente, ou seja, por meio dos fenômenos psíquicos. Desse modo, tanto quanto depender do conhecimento em biologia, a psicanálise depende de “considerações sociológicas suplementares”.

Portanto, Fenichel (1945) preserva seu projeto de psicologia dialético-materialista. Que este projeto não tenha progredido para algum tipo de resultado positivo, alcançando a prometida teoria psicológica dialético-materialista, isso é incontestável. Mas, ainda assim, como vimos, a estrutura das teses e dos argumentos e o conteúdo das principais definições de Fenichel continuam presentes na organização de *A teoria psicanalítica da neurose* (1945).

Recebido em: 1º de outubro de 2024. **Aprovado em:** 15 de julho de 2025.

Referências

- FENICHEL, O. *119 Rundbriefe (1934-1945)*. Frankfurt am Main: Stroemfeld Verlag, 1998.
- FENICHEL, O. Psychoanalysis and metaphysics (1923). In: FENICHEL, O. *Collected papers of Otto Fenichel: first series*. Nova Iorque: W.W Norton & Company, 1953.
- FENICHEL, O. *The psychoanalytical theory of neurosis*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1945.
- FENICHEL, O. Über die Psychoanalyse als Keim einer zukünftigen dialektisch-materialistischen Psychologie. *Zeitschrift für Politische Psychologie und Sexualökonomie*, v. 1, n. 1, p. 43-62, 1934.
- JACOBY, R. *The repression of psychoanalysis: Otto Fenichel and the political Freudians*. Nova Iorque: Basic Books, 1983.
- MÜHLEITNER, E. *Ich-Fenichel: das Leben eines Psychanalytikers im 20. Jahrhundert*. Viena: Paul Zsolnay Verlag, 2008.
- PALUMBO, J. H. P. *Sobre as concepções de Otto Fenichel: psicanálise, materialismo-dialético e naturalismo científico*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.
- REICH, W. *Materialismo dialético e psicanálise* (1929). Lisboa: Presença, 1977.
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

José Henrique Parra Palumbo

jhparrap@gmail.com

Nelson Ernesto Coelho Junior

ncoelho@usp.br

Disponibilidade de dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.